



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO N. 88, DE 15 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXVIII do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência ao Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal para a prática dos seguintes atos:

I – baixar ordens de serviço e aprovar planos de ação, instruções e outros atos semelhantes, no âmbito de sua competência;

II – desempenhar as atribuições de ordenador de despesas;

III – proceder ao detalhamento da despesa autorizada na lei orçamentária anual, pertinente à alocação de recursos aos elementos de despesa correspondentes, de acordo com as necessidades do Tribunal;

IV - fixar a lotação das unidades do Tribunal, segundo diretrizes estabelecidas pelo Ministro Presidente;

V – nomear titulares de cargos em provimento efetivo e de cargos em comissão, níveis CJ-1 e CJ- 2, designar servidores para o exercício de função comissionada, níveis FC-1 a FC-6 , e respectivos substitutos, bem como baixar os atos de exoneração ou dispensa;

VI – conceder aos servidores as licenças previstas na Lei n.º 8.112/90 e autorizar o exercício provisório de servidor, neste Tribunal, por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro, bem como conceder indenizações, gratificações, adicionais e outras vantagens previstas em Lei ou Regulamento;

VII – autorizar o afastamento de servidores para participar de cursos realizados no país, sejam ou não custeados pelo Tribunal;

VIII – autorizar viagens de servidores a serviço, no país;

IX – conceder ajuda de custo, passagem e transporte de bagagem aos servidores e magistrados do Tribunal;

X – autorizar as concessões de diárias;

XI – homologar o resultado final de Avaliação de Desempenho de servidores em estágio probatório;

XII – declarar vacância de cargos resultantes de desligamento de servidores;

XIII – antecipar ou prorrogar o horário normal de trabalho, bem como autorizar serviço extraordinário, para atender as situações excepcionais e temporárias;

XIV – interromper, mediante devida solicitação, as férias e licenças de servidores do STJ;

XV – designar membros para constituição de junta médica do Tribunal, excetuado o disposto no art. 300 do Regimento Interno;

XVI – conceder os benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor, compreendidos na alínea “f” do inciso I e alíneas “b” e “c” do inciso II, do artigo 185 da Lei nº 8.112/90, bem como a Licença à Adotante;



XVII – elogiar servidores e aplicar penas disciplinares de advertência e suspensão até 30 (trinta) dias, submetendo à apreciação do Ministro Presidente quando a penalidade exceder esse período;

XVIII – cancelar registros de penalidades de advertência e suspensão de servidores, respeitando o limite estabelecido no inciso anterior;

XIX – determinar a instauração de sindicância e processo administrativo-disciplinar, bem como de tomada de contas especial, quando aplicável;

XX – constituir e designar comissões administrativas destinadas à realização de atividades especiais que sejam necessárias;

XXI – praticar atos referentes à realização de concurso público, tais como a assinatura de editais e homologação de resultados, com vistas ao provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal, de acordo com a orientação estabelecida pelo Ministro Presidente;

XXII – autorizar alienação, a cessão, a transferência ou outras formas de desfazimento de bens;

XXIII – autorizar a abertura de procedimentos licitatórios, nas modalidades previstas em lei, assim como a locação, a aquisição e contratação bens e serviços destinados ao atendimento das necessidades do Tribunal, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93;

XXIV – decidir, em grau de recurso, as questões suscitadas nos processos licitatórios;

XXV – homologar, anular ou revogar, total ou parcialmente, procedimentos licitatórios;

XXVI – ratificar, para os efeitos do art. 26 da Lei n.º 8.666/93, o reconhecimento das situações previstas nos arts. 17, 24 (incisos III e seguintes) e 25 do mesmo diploma legal, declarados pelo Diretor de Administração e Finanças;

XXVII – assinar contratos, convênios, acordos, ajustes e termos aditivos, bem como distratos decorrentes de rescisões, no interesse da Administração;

XXVIII – autorizar a substituição de garantia exigida nos processos licitatórios e nos contratos, bem como sua liberação e restituição, quando comprovado o cumprimento das respectivas obrigações;

XXIX – aplicar penalidades a licitantes, fornecedores e prestadores de serviços, excetuando aquela prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

XXX – aprovar, com vistas à uniformização dos feitos celebrados pelo Tribunal, modelos-padrão de contratos, acordos, demais ajustes e respectivos aditamentos;

XXXI – autorizar a concessão de suprimento de fundos a servidores, bem assim, aprovar a respectiva prestação de contas;

XXXII – outorgar poderes a terceiros para representar os interesses específicos da Administração do Tribunal, nos casos em que se faça necessária a sua atuação.

Art. 2º - Os poderes ora delegados poderão ser objeto de subdelegação de competência, ressalvados os casos previstos nos incisos I, IV, XIII, XX, XXVI, XXX e XXXII, do artigo anterior.

Art. 3º - Sempre que julgar necessário, o Ministro Presidente praticará os atos previstos no art. 1º sem prejuízo da presente delegação de competência.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se os Atos nº 124, de 12.06.00 e nº 49 de 09.04.03, assim como quaisquer outras disposições em contrário.

MINISTRO EDSON VIDIGAL